

Fantasma no Congresso

Emenda ao Orçamento ainda causa arrepio na opinião pública. Durante vários meses, em 1993, revelações impressionantes jorraram do Congresso, enquanto os anões do Orçamento tentavam explicar o inexplicável. Uns foram cassados, outros absolvidos, mas para a cidadania ficou o travo de saber como as verbas da república iam para feudos (e bolsos) dos deputados.

Pensou-se que o pesadelo serviria de exemplo. Mas bastou saber que emendas no Orçamento de 95 beneficiam bases eleitorais do atual relator-geral, senador Gilberto Miranda, do Amazonas, e da maioria dos sete relatores adjuntos (apenas dois são do Sudeste e não há representante da Região Sul), para temer que o velho esquema clientelista da distribuição de verbas continue de pé.

Trezentos milhões de reais foram canalizados, com as emendas ao Orçamento de 95, para órgãos de desenvolvimento regionais: Sudam, Suframa, Sudene, Dnocs e Codevasf. São órgãos que coincidem com a geografia eleitoral dos relatores. Na expressão do próprio relator-geral, os parlamentares "só pensam em emendas paroquiais, emendas paroquiais, emendas paroquiais"...

Deputado federal e senador, por definição, são funções relacionadas com os estados de origem. Evidentemente eles vão a Brasília para defender os interesses de suas regiões. Até aí nada demais. Mas o escândalo do Orçamento revelou que por trás

deste esquema, sob a bandeira da representação, havia um tráfico de influência destinado a encher os bolsos dos parlamentares que falavam em nome de suas regiões. A linha divisória entre interesses regionais e interesse nacional é tênue, mas não resta dúvida que o Congresso deve pensar primeiro no Brasil, no grande interesse público, e este interesse só pode servir aos estados quando o desenvolvimento dos estados contribuir para o desenvolvimento do país, como um todo.

O senador Gilberto Miranda está a um passo de se tornar herdeiro de longa tradição de clientelismo que tornou o Norte e o Nordeste vítimas da mágica sinistra que fazia as verbas saírem de Brasília sem, no entanto, jamais chegar ao destinatário final — a população. As oligarquias abocanham as verbas como se elas fossem benesses pessoais, com insensibilidade e desprezo pelos problemas de suas regiões.

A memória do ex-deputado João Alves, símbolo-mor da corrupção parlamentar, e seus mirabolantes cartões de loteria com que pretendia branquear a fortuna amealhada durante o exercício parlamentar reapresentam-se à opinião pública como fantasmas imperecíveis sempre que as emendas ao Orçamento voltam ao noticiário. O paroquialismo dos relatores expõe a face mais escura do Congresso. Fantasmas e parlamentares convivem nos corredores como sinal de mau agouro.